

Direcionamento da agenda no processo de construção da “Aliança Democrática frente Liberal-PMDB” para as eleições Indiretas de 1985

Fabio Venturini

Fabio Venturini

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor-adjunto no Departamento Multidisciplinar da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (EPPEN/Unifesp), em Osasco (SP).
E-mail:fabio.venturini@unifesp.br

Resumo

Este trabalho trata sobre a construção discursiva e ideológica da campanha da chapa “Aliança Democrática PMDB-Frente Liberal”, a qual elegeu Tancredo Neves à presidência da república via colégio eleitoral, com José Sarney como vice, no ano de 1985. Faz uma análise histórica da formação dos partidos que disputaram qual alternativa seria a vencedora da disputa política na primeira metade dos anos 1980, com a conquista da direção do processo de constitucionalização nacional pós-ditadura militar. Numa comparação de tendências de votos dos dois eventos conexos no Congresso (PEC 5/1983, de eleições presidenciais diretas, e o colégio eleitoral de janeiro de 1985), bem como análise de discursos políticos e materiais da campanha presidencial da Aliança Democrática, verificou-se que a campanha política junto à população, com vistas a eventos de deliberação restrita ao colégio eleitoral, as ações da Aliança Democrática tinham como objetivo construir legitimidade em torno de uma agenda conciliada por cima, elaborada e proposta inclusive por membros da base de apoio da ditadura. Conclui-se que a campanha teve como finalidade desviar o debate das pautas propostas pelos movimentos sociais, sindicais e populares que pressionaram a redemocratização por baixo durante as mobilizações por eleições presidenciais diretas, os quais propunham reforma agrária, ampliação de direitos trabalhistas e humanos, revisão de dívida externa, restabelecimento de relações com países socialistas etc., com a construção de uma agenda baseada em temas típicos da propaganda da própria ditadura que legitimava mudanças feitas pelo alto: a união nacional, o patriotismo e o civismo.

Palavras-chave

Campanha Política. Campanha Diretas Já! Colégio Eleitoral. Redemocratização. Eleições Indiretas.

A escolha do primeiro civil presidente depois de 21 anos, tirando das Forças Armadas, particularmente do Exército Brasileiro, a direção do aparato estatal no País, foi um momento de recomposição do bloco¹ que ocupou o governo federal e dirigiu a máquina estatal. Ainda como resultado do arcabouço jurídico da ditadura, a chapa que venceu a disputa foi eleita num colégio eleitoral formado pelo Congresso Nacional, acrescido de delegados enviados pelas Assembleias Legislativas.

Por ser uma eleição indireta, o costume era resolver a disputa em círculos restritos a gabinetes, à revelia da vontade e das demandas de classes subalternas, sendo que a indicação do candidato do governo era praticamente a própria eleição, pois o Congresso foi controlado rigidamente pelo Poder Executivo entre 1964 e 1982. No ano de 1985, no entanto, foi realizada uma campanha eleitoral junto à população, com Tancredo Neves e José Sarney, candidatos a presidente e vice, respectivamente, pela chapa “Aliança Democrática Frente Liberal-PMDB”, viajando o Brasil em campanha eleitoral, tendo sua equipe gerando fatos políticos, discursos, debates e material propagandístico para atos abertos à população. Constata-se, então, o seguinte problema: Por que se realizou uma campanha para aglutinar apoio junto a quem não poderia votar e costumeiramente não se considera protagonista neste tipo de colégio eleitoral?

Certamente, ao final de uma ditadura, todas as forças da sociedade se reorganizam para repactuar, o que no caso do Brasil, indicava a demanda por uma nova constituição. A campanha, portanto, está dentro de uma expectativa regular num cenário como aquele dos anos 1980. A questão se desdobra, então, em: quais foram as alternativas propostas para o estado nacional naquele momento? Qual foi a alternativa proposta pelo bloco vencedor em 1985? Como se construiu essa alternativa, quais eram os atores envolvidos e como ela coletou apoio? Para responder a essas questões se realizaram:

I. um levantamento bibliográfico sobre a formação dos partidos oriundos do restabelecimento do pluripartidarismo, no ano de 1979, e da campanha política do movimento por eleições presidenciais diretas em 1985 (“Diretas Já”);

II. com a identificação das características da política institucional no levantado no item anterior, foram listados e comparados quantitativamente os votos de cada parlamentar/delegado nos dois eventos congressuais diretamente conexos (votação da emenda constitucional por eleições diretas e o colégio eleitoral que elegeu a chapa Aliança Democrática), para verificar tendências de articulações e formações de blocos na composição do novo governo.

III. uma análise histórica de materiais da propaganda e discursos dos atores envolvidos na campanha política da Aliança Democrática na construção de uma agenda de constitucionalização pós-ditadura.

Dessa forma se analisou a agenda proposta pelas mobilizações de 1983 e o que efetivamente se realizou no colégio eleitoral legitimador da Aliança Democrática como força dirigente do processo de constitucionalização pós-ditadura.

1. A formação dos partidos e blocos partidários

O golpe militar de março/abril de 1964 surgiu como uma reação das classes proprietárias locais², associadas a setores de classes médias e instituições do Estado, como as Forças Armadas, que abrigavam líderes dos movimentos conspiratórios precedentes ao golpe, para atuar contra os interesses das classes trabalhadoras, ou também "subalternas" (DREIFUSS, 1981)³. Os resultados nas eleições para governadores, prefeitos e senadores de 1965, favoráveis ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de João Goulart, e ao Partido Social Democrático (PSD), de Juscelino Kubitschek, consolidaram-se como um significativo obstáculo ao programa proposto pelo governo golpista, fundamentado na retirada de direitos, tornando inviável a consolidação e implantação, com anuência das urnas, de um "Estado de Segurança Nacional e Desenvolvimento" (ALVES, 2005, 424p.).

O governo do general Castelo Branco atacou a resposta das urnas editando o Ato Institucional nº 2, tendo como objetivo estabelecer o total controle do aparato estatal pelo bloco golpista. Entre seus 33 artigos destinados a promover expurgos nos poderes Legislativo e Judiciário, bem como na administração pública, além de retirar direitos dos servidores e possibilitar a intervenção direta da União sobre estados e municípios, também extinguiu os partidos existentes, dando maior controle e previsibilidade aos processos eleitorais dali em diante, inclusive sobre quais cidadãos manteriam o direito de se candidatar, alijando a vontade das classes subalternas dos resultados das urnas.

A extinção dos partidos não se tratou de uma mera intervenção eleitoral, mas da desarticulação de todas as forças da sociedade e suas formas de aglutinação naquele contexto histórico. Como descreveu Gramsci (2012, p. 321, 322), a existência de um partido se dá com a confluência de três elementos fundamentais:

- 1) Um elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criativo e altamente organizativo. Sem eles, o partido não existiria, é verdade, mas também é verdade que o partido não existiria "somente" com eles. Eles constituem uma força na medida em que existe quem os centraliza, organiza e disciplina, mas na ausência dessa força de coesão, eles se dispensariam e se anulariam numa poeira impotente. [...].
- 2) O elemento de coesão principal, que centraliza no campo nacional, que torna eficiente e poderoso um conjunto de forças que, abandonadas a si mesmas, representariam zero ou pouco mais; este elemento é dotado de força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora e também (ou melhor, talvez por isto mesmo) inventiva, se se entende inventiva numa certa direção, segundo certas linhas de força, certas perspectivas, certas premissas. [...] Fala-se de capitães sem exército, mas, na realidade, é mais fácil formar um exército do que formar capitães. Tanto isto é verdade que um exército já existente é destruído se faltam os capitães, ao passo que a existência de um grupo de capitães, harmonizados, de acordo entre si, com objetivos comuns, não demora a formar um exército até mesmo onde ele não existe.

3) Um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo elemento, que os ponha em contato não só "físico", mas moral e intelectual. (GRAMSCI, 2012, p. 321, 322)

166

O primeiro elemento, base de pessoas médias e comuns de um partido, é a sua "forma social", a qual pode crescer e decrescer com mais dinamismo. O segundo elemento é a "forma institucional", constituída pela sua direção, a organização interna e as possibilidades de participação dos indivíduos, tanto do primeiro como do segundo elemento. O terceiro elemento se trata de como os dois primeiros serão articulados, aproximados ou distanciados, sendo a "forma eleitoral", está construída historicamente nas relações entre os dois primeiros elementos captando apoio junto a setores da população exteriores ao próprio partido. Para Gramsci, cada partido tem "proporções definidas" entre estes três elementos que se ampliam ou recuam de acordo com a realização dessas proporções.

O autor italiano também afirma que, "dadas estas condições, um partido não pode ser destruído por meios normais". A violência, tanto bélica quanto jurídico-institucional, foi o meio que a ditadura militar buscou para desarticular todas as organizações com formato social, institucional e eleitoral construídos no período entre as duas ditaduras, de 1945 à 1964, de modo a construir aparências democráticas para um processo de imanente autoritarismo. A forma eleitoral do novo sistema, de dois partidos cuja permissa de funcionamento buscava instituir duas faces da mesma moeda, previa sucessão presidencial definida em um colégio eleitoral legislativo, este escolhido pelo voto direto, porém em pleitos fortemente controlados, originados de antigos partidos depois de um grande expurgo.

Na forma institucional apenas duas legendas puderam servir de estrutura burocrática para lançar candidaturas desde a extinção dos antigos partidos: a governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA), oriunda majoritariamente de lideranças políticas da antiga União Democrática Nacional (UDN) e parte do PSD, e a oposição consentida do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que aglutinou não governistas de diversas matizes. Essas duas instituições disputaram as eleições de todos os níveis entre 1966 e 1978:

**TABELA 1 – Eleições realizadas no Brasil com sistema bipartidário
(NICOLAU, 2012, p. 112)**

Ano/Cargo	Presidente*	Deputado Federal e Senador	Governador	Deputado Estadual e Territorial	Prefeito e Vereador
1966	03/10	15/11	03/10*	15/11	15/11
1968					15/11
1969	25/10				30/11
1970		15/11	03/10*	15/11	15/11
1972					15/11
1974	15/01	15/11	03/10*	15/11	
1976					15/11 e 20/12
1978	15/10	15/11**	01/09*	15/11	

*Eleições indiretas

**Metade dos senadores eleitos naquele ano (1/3 da casa legislativa) o foram de forma indireta

Mesmo criado para atuar dentro de uma aparência de legitimidade numa situação de exceção contínua, as contradições iminentes do bipartidarismo fizeram do MDB um espaço de atração dos setores que rivalizavam internamente nas classes em disputa tanto no Poder Legislativo quanto as de oposição social ao regime ditatorial, como as bases do antigo Partido Comunista Brasileiro. Havia um espaço no MDB para que a disputa institucional desse vazão para as demandas das classes subalternas e suas frações que não eram atendidas pelos governos ditatoriais, dando a sua forma eleitoral, enquanto a ARENA recorria a heranças paternalistas, clientelistas e coronelistas.

Em 1976, foi aprovada a Lei 6.339, proposta pelo ministro da Justiça, Armando Falcão, que impunha restrições às campanhas eleitorais daquele ano no rádio e na TV, pleito em que se escolheriam prefeitos e vereadores. Determinava que os candidatos fossem apresentados apenas com o nome, uma foto (no caso da TV), o número e o partido, retirando o debate que fatalmente apontaria as fragilidades do governo ditatorial nas campanhas locais. Mesmo com a "Lei Falcão", o MDB cresceu eleitoralmente, ganhando 59 das 100 maiores cidades brasileiras nas eleições municipais de 1976:

Eram evidentes as implicações: se o MDB continuasse a crescer, certamente conquistaria maioria no Senado, vencendo em todas as grandes áreas urbanas nas eleições de 1978 para o Congresso. Mais ainda, sua força no Congresso deveria reduzir a proporções insignificantes a maioria da ARENA, ainda que não obtivesse maioria na Câmara. Tal situação ameaçaria todo o plano de "distensão" que deveria ser imposto através de um Congresso controlado pelo governo (ALVES, 2005, p. 232).

Em uma crise de incapacidade de direcionar os rumos da abertura conciliada pelo alto, o governo de Ernesto Geisel fechou o congresso durante 14 dias em 1977 e editou o pacote de reformas em abril daquele ano, determinando: eleições indiretas para governador, com a ampliação do colégio eleitoral nos estados; eleição indireta, pelo próprio congresso, de 1/3 dos senadores, tendo também a instituição de até três sublegendas dentro de ARENA e MDB; ampliação das bancadas dos estados em que a ARENA costumava vencer as eleições; extensão das restrições de campanha no rádio e na TV às eleições estaduais e federais; alteração do quórum mínimo de 2/3 para maioria simples para a aprovação de emendas constitucionais nas duas casas do Congresso, uma vez que a ARENA perdera cadeiras tanto na Câmara quanto no Senado; ampliação do mandato presidencial de cinco para seis anos.

Naquela segunda metade da década de 1970, as greves do ABC Paulista indicavam um forte movimento de politização das classes subalternas alijadas dos processos institucionais e eleitorais, capaz de parar a produção industrial na região. Caso essa base popular aderisse ao partido da oposição consentida, tornaria o MDB, até então crescente em forma institucional e eleitoral, uma entidade com forma social ampliada. Adicionalmente, o MDB cresceu abrigando partidos dentro de sua estrutura, como PCB, além de partidos regionais de esquerda, como o grupo do ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, que na década seguinte se recompôs como Partido Socialista Brasileiro (PSB), e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), um racha do PCB que optou pela luta armada e, quando se voltou à institucionalidade, liderado por João Amazonas, se abrigou no partido da oposição consentida. O partido da oposição consentida aglutinou intelectuais, políticos que se reivindicavam sociais democráticas (posteriormente conhecido como "PMDB Paulista" e núcleo de formação do PSDB) e movimentos de esquerda sem vinculação partidária. Com a base popular que se aglutinava no ABC,

poderia se tornar uma frente praticamente imbatível em qualquer votação direta, líder e protagonista no direcionamento da abertura.

O retorno do pluripartidarismo, com a aprovação da lei 6.767 de 20 de dezembro de 1979, serviu também para dividir as forças de oposição, resultando na transmutação da ARENA em Partido Democrático Social (PDS) e do MDB em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), bem como a criação de quatro partidos para as eleições de 1982:

- O Partido Democrático Trabalhista, fundado por Leonel Brizola, herdeiro do espólio político de Getúlio Vargas e João Goulart, cujo discurso trabalhista possuía ainda penetração na população (NICOLAU, 1996).
- O Partido dos Trabalhadores, oriundo da união de movimentos originados nas greves do ABC; em organizações de periferias e cidades do interior das Comunidades Eclesiais de Base, vinculadas à Igreja Católica, particularmente à Teologia da Libertação; grupos marxistas oriundos tanto da luta armada contra a ditadura quanto dos trotskistas ligados às variações da Quarta Internacional; movimentos de trabalhadores rurais ligados à Comissão Pastoral da Terra, também de setores da Igreja Católica da Teologia da Libertação (SECCO, 2011).
- O Partido Trabalhista Brasileiro, de setores que se reivindicavam herdeiros do varguismo, liderados pela deputada Ivete Vargas, na formulação de uma legenda dissociada da figura de João Goulart, tendo como principal rival a aglutinação de forças em torno de Leonel Brizola (NICOLAU, 1996).
- O Partido Popular, criado por uma aliança de quadros políticos de conciliação entre ARENA e MDB, destacadamente Tancredo Neves, e empresários do grande capital local, como Magalhães Pinto, presidente do Banco Nacional (Bahia), e Olavo Setúbal, presidente do Itaú (São Paulo)⁵.

O Partido Popular foi extinto em convenção no ano de 1981 e, em torno da figura de Tancredo Neves, entrou no PMDB como mais um de seus muitos subpartidos, levando consigo uma série de quadros da própria ditadura que buscavam dar o direcionamento da abertura sem amarras da estrutura e disputas seculares da ARENA. A partir da composição orgânica dos partidos formados na legislação de 1979, pode-se categorizá-los da seguinte maneira:

TABELA 2 – Formas dos partidos transmutados e criados entre 1979 e 1982*

Partido/ Forma	Social	Institucional	Eleitoral
11 – PDS	Empresariado, classes médias conservadoras	Quadros da ditadura oriundos da UDN e do PSD.	Abrangência em todo território nacional, particularmente forte em regiões mais suscetíveis a heranças de paternalismo, clientelismo e coronelismo
12 – PDT	Classes médias e populares com referências no trabalhismo de Vargas e identificadas tanto com Leonel Brizola quanto com João Goulart.	Quadros políticos depositos em 1964, particularmente nas áreas de influência de Leonel Brizola (RS e RJ)	Disputa em debates político-eleitorais, comícios etc.
13 – PT	Sindicatos, CEBS, trabalhadores rurais ligados à Pastoral da Terra, intelectuais socialistas, militantes trotskistas.	Núcleos e diretórios. Abrangência pontual em municípios nas cinco regiões, majoritariamente concentrado em SP.	Debates políticos-eleitorais, militância e organização de base, comícios, votos nulos e abstenções de protesto.
14 – PTB	Empresários nacional-desenvolvimentistas e classes médias conservadoras	Quadros conservadores sem ter, necessariamente, organicidade na ditadura, atuando como coadjuvante de PDS e PMDB (RJ e SP)	Debates políticos-eleitorais, comícios e presença de lideranças na mídia.
15 – PMDB	Empresariado e classes médias de oposição consentida, setores conservadores rompidos com a ARENA	Quadros políticos da oposição consentida, "subpartidos"	Debate político-eleitoral, comícios. Abrangência em todo o território nacional. Formas específicas dos "subpartidos"

*Elaborada pelo autor

Nas eleições de 1982, as primeiras de um novo ciclo pluripartidário, das cinco legendas, apenas duas delas, as originárias de ARENA e MDB, possuíam abrangência nacional. Nos governos estaduais⁶, o PDS elegeu 12⁷ e o PMDB, nove⁸. Além dos dois partidos oriundos do período anterior, apenas o PDT elegeu Leonel Brizola no Rio de Janeiro. Na Câmara Federal o PMDB (201 deputados) e o PDS (235 deputados) disputavam a hegemonia. O PTB elegeu 12 deputados (oito em São Paulo e quatro no Rio de Janeiro). O PDT foi o

mais robusto fora da dicotomia construída em torno de ARENA e MDB, com 23 deputados, sendo 16 no Rio de Janeiro e sete no Rio Grande do Sul. O PT elegeu oito deputados, sendo seis em São Paulo, um no Rio de Janeiro e um em Minas Gerais.

**TABELA 3 – Distribuição de parlamentares no Congresso Nacional,
por partido no ano de 1982**

	Senadores	Deputados Federais	Total
PDS	42	235	277
PDT	1	23	24
PMDB	25	201	226
PT	0	8	8
PTB	1	12	13
Total	69	479	548
	Senadores	Deputados Federais	Total
PDS	60,87%	49,06%	50,55%
PDT	1,45%	4,80%	4,38%
PMDB	36,23%	41,96%	41,24%
PT	0,00%	1,67%	1,46%
PTB	1,45%	2,51%	2,37%

Consolidado a partir dos votos da PEC 5/1983 e do colégio eleitoral, com filiação em legendas, substituições, suplências etc. Votos publicados no jornal Folha de S. Paulo de 26 de abril de 1984 e 16 de janeiro de 1985, dados conferidos em camara.gov.br. Tabela elaborada pelo autor.

Com maioria relativamente folgada no Senado, porém sem conseguir mais de 50% dos votos na Câmara, o presidente João Figueiredo deveria negociar com o PMDB em termos menos vantajosos do que aqueles colocados nos períodos de maior controle do legislativo pelo executivo. A tensão gerada pelas crises econômicas e a organização das classes subalternas desde a década de 1970 tornaram menos factíveis em efetividade as alternativas usadas anteriormente (fechar o Congresso e interferir diretamente nos processos eleitorais). Seria necessário construir um novo consenso para obter legitimidade popular, algo que naquele momento se constituía uma disputa pela forma eleitoral dos partidos, recurso político ignorado desde o golpe de 1964. A sucessão de João Figueiredo seria não apenas um desafio para o bloco hegemônico e em declínio na gestão ditatorial, com a claudicante liderança do Exército, manter-se no Palácio do Planalto, mas também impunha o risco de perda de direção do processo de constitucionalização.

Para que o Executivo direcionasse a abertura conciliada pelo alto, o Congresso Nacional saído das eleições de 1982 não era muito promissor. Naquele momento, com a revogação do Ato Institucional nº 5, todos os atos que contrariavam a constituição ficaram sem efeito a partir de janeiro de 1979. Com isso, as emendas constitucionais, uma das condições para se convocar um processo constituinte, precisariam novamente de 2/3 dos membros de cada casa para serem aprovadas, e nem governo, nem oposição, tinham tal capacidade.

As possibilidades reais surgiriam se um dos lados conseguisse uma aliança que elegeesse o presidente em 1985 e desse a direção da constitucionalização, contando tanto com apoio de classes subalternas quanto de defecções do outro lado. Embora houvesse uma grande parcela do PMDB na institucionalidade e uma tendência de ascensão desde as eleições de 1976, ficou claro que o domínio da máquina pública era essencial para eleger governadores e parlamentares, deixando o PDS, mesmo em declínio, como maior legenda nacional.

PMDB e PDS, os únicos com abrangência nacional, não representavam partidos políticos orgânicos de setores massivos da sociedade, enquanto os novos, em sua forma eleitoral institucional e eleitoral, tinham abrangência apenas regional ou pontual. Formou-se uma crise que mostrava a natureza distinta entre as formas dos partidos, tanto aqueles que surgiam quanto os que se reorganizavam. O PMDB detinha legitimidade de oposição à ditadura e possuía uma estrutura robusta. Tinha a possibilidade de catalisar nas urnas apoios orgânicos de todas as classes com um discurso de democracia em oposição à ditadura, aliando-se a classes subalternas e algumas possíveis defecções de setores do PDS dispostos a saltar durante o naufrágio.

Embora o PMDB contasse com uma ala de esquerda socialista e comunista, a restituição do pluripartidarismo rompeu uma possibilidade de fortalecimento como frente opositora e representante da população alijada dos processos políticos durante a ditadura, pois o surgimento do PT (pela base) e do PDT (em torno de uma liderança deposta em 1964) empurrou setores grandes da sociedade para debates em torno não apenas da democratização, mas também da construção de uma alternativa distinta de sociedade. Foi, portanto, estratégica a proposta da Emenda Constitucional nº 5/1983, de autoria do deputado Dante de Oliveira (PMDB/MT), no sentido de colocar movimentos de massa nas ruas sob a liderança peemedebista em nome da abertura do sufrágio nas eleições presidenciais seguintes. Mesmo em caso de derrota, resultaria em ganhos para o PMDB em suas formas social e eleitoral.

Com a PEC, o partido seria favorito numa eleição direta em 1985 e virtual liderança do processo de constitucionalização. Conseguiu ainda colocar sob um mesmo guarda-chuva todos os setores não governistas, atraindo para a campanha pelas eleições presidenciais diretas a base dos partidos que detinham forma social nas classes subalternas, tanto os já formalizados para disputas eleitorais (PT e PDT) quanto os que ainda estavam no seu interior (PSB, PCB e PC do B). A mobilização popular fez com que o fato de ser contrário ao voto direto em eleição presidencial significasse apoiar uma ditadura.

Durante a campanha de rua e mídia pela aprovação da PEC nº 05/1983, apoiada pelo jornal paulista Folha de S. Paulo, foram usados basicamente dois *slogans*: "Eu quero votar para presidente" e "Diretas Já!" Foram consignas que conseguiram unir desde os movimentos sindicais e populares até setores conservadores de discurso republicano. A parcela da imprensa paulista (além da Folha, a revista Veja) que apoiou o movimento usou símbolos nacionais e cores pátrias, com predominância do amarelo (cor da seleção brasileira de futebol, um símbolo de orgulho e união nacional) e detalhes ora verdes, ora azuis. Nas ruas, no entanto, quem dava a direção do debate era a massa que se mobilizava em torno do Luís Inácio Lula da Silva e do PT (SP), de Leonel Brizola (RJ e RS), Miguel Arraes (PE) e João Amazonas (Região Norte), assim como inúmeras outras lideranças e artistas de esquerda. Expandindo os humores da massa, a eleição direta tinha potencial para colocar alguém fora da disputa PDS-PMDB na presidência e na liderança do processo de constitucionalização.

Nos movimentos de rua algumas pautas, por vezes usadas meramente como palavras de ordem, eram comuns a todos os setores envolvidos: democracia, liberdade e autonomia sindical, eleições livres, desenvolvimento econômico impulsionado pelo Estado e uma nova constituição. Também se inseriram no debate temas de interesses das classes subalternas propostos pelo PT, pelos "subpartidos" socialistas/comunistas do PMDB, com apoio do trabalhismo do PDT e de setores do PMDB que se reivindicavam desenvolvimentistas e/ou sociais democratas, particularmente em São Paulo. Tais temas incluíam: reforma agrária, combate à grilagem de terras, ampliação de direitos trabalhistas, das mulheres e de populações indígenas, aumentos reais de salários e política de pleno emprego. Também foram colocados, na pauta do processo de constitucionalização temas típicos dos debates de PT, PCB, PCdoB, PSB e PDT: restabelecimento de relações com países socialistas, política externa "anti-imperialista", apoio à recém-criada Central Única dos Trabalhadores (CUT) e revisão da dívida externa.

Embora a massa se voltasse à esquerda, sem a estrutura do PMDB o movimento não seria catalisado. Em São Paulo, por exemplo, o governador Franco Montoro liberou as catracas das estações de metrô e reduziu o horário de expediente do funcionalismo estadual em dias de comícios pelas diretas. O próprio governador subia ao palanque, o que impediu, como apontou o historiador Lincoln Secco (2011), a intervenção violenta da polícia militar paulista.

Antes da votação da emenda, colocou-se já um dilema aos dois partidos capazes de conciliar pelo alto. Para o PMDB, a eleição direta significava ser o principal partido de oposição, mas poderia ter de disputar com PT e PDT. Já o processo sucessório em colégio eleitoral deveria colocar numa única candidatura antagonista um meio de contemplar posições tanto contrárias quanto favoráveis aos interesses de classes proprietárias, conseguir apoio popular e costurar apoio de possíveis defecções do PDS. Por exemplo, o PMDB havia conquistado os governos nos estados do Mato Grosso do Sul (Wilson Martins) e Goiás (Íris Rezende) com apoio de grandes proprietários agrários locais. Também com apoio dessas frações de classes proprietárias rurais conquistou, respectivamente, metade da bancada sul-mato-grossense na Câmara Federal e 11 das 16 cadeiras goianas. Logo, para não ter defecções nos seus próprios quadros em direção ao PDS, jamais poderia aderir às pautas da reforma agrária, do combate às grilagens de terra e de ampliação de direitos trabalhistas e indígenas. Seja nas diretas ou indiretas, suas formas social e institucional como oposição consentida se esgotavam dialeticamente junto da própria ditadura que pretendia superar.

No PDS, por sua vez, uma parte significativa dos deputados federais da legenda compreendeu que a eleição direta significava a morte rápida do maior partido e a perda da máquina estatal. No entanto, seguir orientações da presidência na votação da emenda constitucional redundaria na condenação popular e perdas significativas em número de eleitores. Era uma escolha entre salvar a forma institucional ou a forma eleitoral do partido. Por outro lado, aderir ao movimento liderado pelo PMDB aceleraria a passagem do PDS de uma posição hegemônica para um posto tão coadjuvante quanto decadente, perdendo posições e cargos na máquina pública. Precisavam de uma condição mais vantajosa de negociação na recolocação dos vários grupos integrantes do em novas formas social, institucional e eleitoral enquanto se mantinham cargos e posições na máquina estatal. Com o PDS condenado, quem soubesse aderir ao PMDB se manteria onde estava ou até conquistaria algo a mais.

No instinto de sobrevivência, inclusive para salvaguarda de condições para manter nas eleições legislativas seguintes, os deputados do PDS postergaram o embate. Na sessão de votação na câmara dos deputados, foram 298 votos pela aprovação da emenda, 65 contrários (todos do PDS), três abstenções (também do PDS) e 113 ausências (112 do PDS e uma do PTB).

TABELA 4 – Votação na PEC 5/1983, por partido

Legenda	Sim	Não	Ausente	Abstenção	Total
PDS	55	65	112	3	235
PDT	23	0	0	0	23
PMDB	201	0	0	0	201
PT	8	0	0	0	8
PTB	11	0	1	0	12

A votação da emenda deixou claro: parte do PDS no colégio eleitoral negociaria como o PMDB. Sendo assim, as atenções do bloco que conduzia à sucessão de João Figueiredo e à constitucionalização se voltaram para como construir as candidaturas no colégio eleitoral. O anseio popular por mudanças convergia para uma opção sem qualquer vínculo de continuidade. As lideranças construídas nos anos anteriores, Lula e Brizola, não eram aceitáveis pelo bloco que ainda estava no governo, nem pelas classes proprietárias locais, inclusive as frações nacional-desenvolvimentistas que apoiavam o PMDB.

A composição do colégio eleitoral indicava que o PDS precisaria errar muito para não fazer o presidente. Como não estava ao lado de PT e PDT, aglutinaria facilmente apoio das classes proprietárias. Seria então necessário construir um discurso que aglutinasse apoio das classes subalternas antes que a maior parte da população se inserisse na forma social de partidos de cepa socialista, afastando-a do discurso de esquerda que frequentou a campanha pelas eleições presidenciais diretas. No entanto, o PDS, em crise na sua forma institucional e ameaçado na forma eleitoral, rachou durante o processo de indicação dos dois pré-candidatos. O presidente do partido, José Sarney, desejava realizar prévias, na esperança de usar a estratégia de votos diretos como um sinal de adesão a iniciativas democráticas, bem como conseguir a nomeação de um aliado, o então vice-presidente da república, Aureliano Chaves, ou o senador pernambucano Marco Maciel. O presidente João Figueiredo, por sua vez, forçou uma escolha entre o ministro Mario Andreazza, coronel da reserva do Exército, e o empresário paulista Paulo Maluf⁹.

Sarney deixou o partido do governo ainda em abril de 1984 em direção ao PMDB, onde negociou uma aliança com os setores do PDS propensos à deserção. Não é possível afirmar que esse racha liderado por Sarney era pretendido desde a campanha pelas eleições diretas, mas foi certamente uma oportunidade de aderir à oposição e formar uma aliança capaz de ganhar as eleições indiretas afastando do Poder Executivo as pautas alinhadas aos interesses das classes subalternas. Chamado Frente Liberal, ainda dentro do PDS, o bloco de tradição tanto udenista quanto arenista trabalhou por uma chapa com o PMDB.

A oportunidade dada pelo racha no PDS que redundaria em defecções na base do governo acabou colocando ao PMDB a necessidade de um candidato aceito tanto pelos militares quanto pela Frente Liberal. O deputado Ulysses Guimarães, presidente do partido da oposição consentida e uma espécie de ícone desde os tempos de MDB, era demais

identificado com oposição a setores que integravam a própria Frente Liberal, a quem Guimarães foi ferrenho e sistemático opositor nos anos 1970. O nome do governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, por outro lado, significava colocar na cabeça da chapa um político conhecido como conciliador, com um currículo de quem fez parte dos governos Vargas, como ministro da Justiça, e Goulart, como Primeiro Ministro, já havia retirado integrantes orgânicos da ditadura na formação do PP, em 1979, e também detinha apoio tácito do PDS de seu estado, o mesmo do vice-presidente da república, Aureliano Chaves, e do deputado Aécio Cunha, importante liderança arenista, casado com sua filha, pai de seu neto e assessor, Aécio Neves da Cunha. A Aliança Democrática PMDB-Frente Liberal formou-se então em torno da chapa Tancredo Neves, da direita do PMDB, com José Sarney, uma espécie de embaixador e interlocutor das defecções do PDS na oposição.

2. Campanha e redirecionamento do debate nacional

Durante os movimentos de rua pelas eleições presidenciais diretas, Tancredo Neves percebeu que seria necessário reagendar o debate nacional e acrescentou à sua equipe o publicitário Mauro Salles, presidente da agência Salles/Interamericana:

[...] Às vésperas da votação da Emenda Dante de Oliveira, recebi um telefonema do dr. Tancredo Neves no seu estilo típico. Era Abril de 1984:

- Mauro, venha aqui.
- Dr. Tancredo, estou fazendo isso, aquilo. Vou amanhã, talvez depois.
- Vem hoje.

Nem tentei saber por que, ele não ia dizer mesmo. Telefone não era o forte dele. Fui logo para Belo Horizonte. E ele:

- Mauro, o que é que você está fazendo?
- Nada, uma porção de coisas...
- Se não está fazendo nada, larga logo essa porção de coisas que você está fazendo; teu irmão administra a agência melhor do que você... E eu preciso de você para me ajudar.

E eu disse:

- "Mas ajudar o senhor em que, dr. Tancredo?"
- Eu ainda não sei. Não foi votada ainda a Emenda Dante. Tenho a certeza de que vou ser uma peça importante no processo, e vou precisar de ajuda. Você sabe que o processo, em grande parte, vai ser um processo de comunicação. Desafio para você enfrentar. Mas só se serve se for full time, nas diretas ou indiretas. (AQUINO, 1987, p. 248-249)

Tancredo Neves percebera que o direcionamento do discurso para agendar a pauta política nacional, em todas as classes, seria necessário, pois os setores que pressionaram a abertura por baixo seriam prejudicados durante a constitucionalização com um processo conciliado por cima. Fica claro, portanto, que desde a derrota do movimento das diretas, a situação estava clara para os envolvidos na articulação do processo, mas não para a massa que era disputada pelos partidos em sua forma eleitoral. O PT deliberou que não se votasse em qualquer um dos dois candidatos em colégio eleitoral, por entender que a Aliança Democrática era uma falsa mudança. O PDT apoiou Tancredo, tendo como objetivo

imediatamente dar fim à ditadura que o derrubou do governo quando era PTB para continuar a disputa em um ambiente minimamente democrático nas eleições de 1986 e no processo constitucional. Na articulação da campanha de Tancredo Neves, foram definidas estratégias para atuar junto ao colégio eleitoral e instituições influentes, como as Forças Armadas, frente que José Sarney liderava por seu trânsito entre os oficiais gerais de altas patentes. Para coletar apoio junto à população, coube à coordenação da campanha, com a criação de eventos e fatos políticos, bem como apoio em comunicação de Mauro Salles.

O publicitário fora secretário do Gabinete de Ministros entre os anos de 1961-1962, quando Tancredo Neves era primeiro-ministro. Também foi diretor do jornal O Globo no ano do golpe apoiado pelo dono do jornal, Roberto Marinho, e da TV Globo, para onde foi transferido em 1965, como uma espécie de progressão profissional dentro da empresa. No ano de 1966 fundou a agência de publicidade que levou seu nome, fundida com a Interamericana em 1968, atendendo empresas da indústria automobilística. Participou de todas as etapas da costura da Aliança Democrática. Na comunicação da campanha, estudou o contexto e definiu a estratégia discursiva a partir dos debates internos da Aliança Democrática:

Às vésperas da convenção do PDS, que escolheu Maluf, o que estava claro era o seguinte: o Tancredo vai enfrentar o Governo Federal, as Forças Armadas, o grande empresariado, a tradição de vitorioso e a juventude do sr. Maluf, os vinte anos de uma máquina pública que está frustrada porque perdeu a luta das "Diretas Já". Então se exigiu de nós um símbolo para a campanha. Nós fizemos questão de não criar o símbolo da campanha; também não se criou o hino da campanha; nem o "slogan" da campanha. A idéia foi simplesmente uma jogada inteligente de transformar a campanha "Diretas Já" em "Mudança Já". E o único "slogan" não foi nem criado pelo comitê. Foi o "Muda Brasil/Tancredo Já", que ninguém sabe ao certo de onde surgiu. A música escolhida foram os hinos pátrios: o Nacional, o da Bandeira, o da Independência. Os símbolos da campanha eram as cores brasileiras. Era no todo a volta do civismo, coisa que o regime militar tinha tentado de todas as formas trazer à tona a partir de pressões de comunicação, e que, de repente, partindo das bases, foi possível conseguir. Então saímos do "derrotado", que ia enfrentar casuísmos, que apenas ia fazer o favor de legitimar a eleição do candidato do governo naquele Colégio, para o vitorioso Tancredo Neves, consagrado nacionalmente. (AQUINO, 1985, p. 250-251)

O depoimento de Salles foi feito para um público de professores e alunos de Administração que buscavam referências de pessoas "bem-sucedidas" para compartilhamento de experiências. As transcrições dos depoimentos dessas lideranças, lançados em cinco volumes, mostram um ambiente de celebração dos depoentes, com muitos deles, incluindo Mauro Salles, entrando no jogo de promoção do indivíduo e seu mérito. Logo, os "casuísmos" citados na sua fala precisam ser relativizados. A descrição da campanha realizada por Mauro Salles mostra que a análise da situação política diante do colégio eleitoral seria razoável se não houvesse uma ruptura interna no PDS que originara a própria chapa Tancredo Neves-José Sarney. A grande ideia de Salles foi entender como dar uma forma discursiva facilmente compreensível para a aliança Democrática que tirasse o apoio popular dos setores socialistas/comunistas, desviando as reivindicações por direitos para a direção de uma unidade nacional, do patriotismo e do civismo. Perante a população, o desafio seria transformar Tancredo Neves num ícone da democracia e da abertura nessa direção cívica, substituindo "Diretas Já" e "Eu quero votar pra presidente" por "Mudança Já" e "Tancredo Presidente". A população deveria entender como interesse seu um movimento de ajuste pelo alto do bloco que ocuparia o governo federal, diluindo toda a possível confusão numa construção ideológica patriótica, nacionalista e superficial.

O uso de cores e imagens de civismo foi importante para mascarar a conservação como uma mudança, romper as vinculações entre essência e aparência da Aliança Democrática. Entre esses materiais, foram produzidos e distribuídos *bottons* associando Tancredo ao PMDB e a Ulysses Guimarães, presidente e ícone do partido durante a oposição na ditadura e a campanha das Diretas, bem como as cores azul e amarelo, remetendo à bandeira nacional e às cores da seleção brasileira de futebol. A Frente Liberal e sua pauta vinculada diretamente à ditadura foram omitidos:

TABELA 5 – Material da campanha da Aliança Democrática*

		
		
		Em situações específicas, peças de campanha atenderam a grupos minoritários do partido, como o vermelho, atendendo a setores socialistas/ comunistas do partido (PCB, PC do B e PSB). Em geral a cor foi evitada para não associar a candidatura a governos do leste europeu, apresentados na campanha como "totalitários".

*Esse material foi divulgado por muitos anos na internet pelo instituto do Partido da Frente Liberal, na época chamado Instituto Tancredo Neves. A entidade foi rebatizada como Instituto Friedrich Naumann, um economista neoliberal, para ajustá-la à nova forma do partido, também renomeado de PFL para Democratas, na década de 2000. Material digital coletado e organizado pelo autor.

3. A eleição indireta e o novo governo

177

O colégio eleitoral era formado por deputados federais e senadores, aos quais se juntavam seis delegados indicados pelas assembleias legislativas dos estados, normalmente do partido de maior bancada nas câmaras estaduais. Roraima e Amapá, como territórios, portanto sem direitos representativos de unidades federadas, enviavam apenas seus quatro deputados federais cada um.

TABELA 6 – Composição do colégio eleitoral de 1985 por partido

	Senadores	Deputados Federais	Delegados Estaduais	Total
PDS	42	235	81	358
PDT	1	23	6	30
PMDB	25	201	51	277
PT	0	8	0	8
PTB	1	12	0	13
Total	69	479	138	686
	Senadores	Deputados Federais	Delegados Estaduais	Total
PDS	60,87%	49,06%	58,70%	52,19%
PDT	1,45%	4,80%	4,35%	4,37%
PMDB	36,23%	41,96%	36,96%	40,38%
PT	0,00%	1,67%	0,00%	1,17%
PTB	1,45%	2,51%	0,00%	1,90%

O racha da Frente Liberal tendo, entre os seus integrantes, lideranças do PDS em dois dos quatro maiores colégios eleitorais (Bahia e Minas Gerais), sendo que São Paulo era dominado pelo PMDB e o Rio de Janeiro, pelo PDT, tornaram mais viável a uma parte do PDS seguir a Frente Liberal e votar no candidato do PMDB na expectativa de manter posições na máquina estatal. A votação de 15 de janeiro de 1985 demonstrou o sucesso da estratégia.

Comparando os votos dos deputados nas duas votações conexas (emenda das eleições diretas e eleição presidencial), dos 113 deputados do PDS que derrubaram a PEC 5/1983 pela simples ausência na sessão de 25 de abril de 1984, 67 votaram em Paulo Maluf, 45 em Tancredo Neves e um se absteve. Dos 65 que se posicionaram contrários às eleições diretas, 44 votaram em Paulo Maluf, 15 em Tancredo Neves e seis registraram abstenção. Na base das diretas, a defecção foi de apenas cinco deputados do Partido dos Trabalhadores que se ausentaram. José Eudes, do Rio de Janeiro, Airton Soares e Bete Mendes, ambos de São Paulo, votaram na Aliança Democrática, contrariando decisão da direção nacional, e por isso, expulsos do PT¹¹. Essa decisão do partido o isolou no processo de constitucionalização. Sem alianças com os partidos que não eram socialistas ou comunistas, chegou a facilitar a aproximação da campanha da Aliança Democrática com a base social do PT.

Como a votação de 1984 foi realizada apenas na Câmara dos Deputados, não foi possível realizar comparativo entre tendências de senadores e representantes das assembleias legislativas. No entanto, dos 81 delegados estaduais do PDS, 51 votaram na Aliança

Democrática, sendo unânimes entre os seis delegados da legenda nos seguintes estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte, todos com governadores do PDS e importantes bases eleitorais do partido. José Sarney, Antônio Carlos Magalhães e Marco Maciel, as três principais lideranças nordestinas da Frente Liberal, geraram grande prejuízo à base de votos de delegados estaduais em Paulo Maluf. Nas Minas Gerais, de Tancredo Neves, Aécio Cunha e Aureliano Chaves, dos 27 votos do PDS, 22 foram na Aliança Democrática. Incluindo as defecções de 15 senadores do PDS, ao todo, foram 167 votos arrancados à algibeira do candidato governista:

178

Tabela 7 – Votação no colégio eleitoral, por partido

	Paulo Maluf	Tancredo Neves	Abstenção	Ausente	Total
PDS	175	167	15	1	358
PDT	1 ¹²	27	1	1	30
PMDB	2	272	1	2	277
PT	0	3	0	5	8
PTB	3	10	0	0	13

Dados consolidados e organizados pelo autor

No seu discurso logo após a votação, em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves indicou o caminho conciliatório de seu governo, a partir de um agendamento em torno da unidade nacional, do patriotismo e do civismo, como fora o construído durante o processo de aglutinação de forças em torno da formação da Aliança Democrática. Na parte introdutória da fala, o presidente eleito apresentou a democracia no Brasil como uma etapa do processo civilizatório cujo caminho fora interrompido pelo regime que se encerrava. O Estado Democrático, como instrumento de conquista da paz, promoveria o equilíbrio social pela via da ordem. Nesta primeira parte de seu discurso, Tancredo Neves chama a atenção o uso do conceito de “totalitarismo” e de “paixões anárquicas”.

Por mais pesadas que sejam as sombras totalitárias ou mais desatadas as paixões anárquicas, o instinto de liberdade e o apego à ordem justa trabalham para restabelecer o equilíbrio social. No conceito que fazemos do Estado democrático, há saudável contradição: quanto mais democrática for uma sociedade, mais frágil será o Estado. Seu poder de coação só se entende no cumprimento da lei. Quanto mais fraterna for a sociedade, menor será a presença do Estado. Brasileiros: A primeira tarefa de meu governo é a de promover a organização institucional do Estado. Se, para isso, devemos recorrer à experiência histórica, cabe-nos também compreender que vamos criar um Estado moderno, apto a administrar a Nação no futuro dinâmico que está sendo construído. Sem abandonar os deveres e preocupações de cada dia, temos de concentrar os nossos esforços na busca de consenso básico à nova Carta Política. Convoco-vos ao grande debate constitucional. Deveis, nos próximos meses, discutir em todos os auditórios, na imprensa e nas ruas, nos partidos e nos parlamentos, nas universidades e nos sindicatos, os grandes problemas nacionais e os legítimos interesses de cada grupo social. É nessa discussão ampla que ireis identificar os vossos delegados ao Poder Constituinte e lhes atribuir o mandato de redigir a Lei Fundamental do País. A Constituição não é assunto restrito aos juristas, aos sábios ou aos políticos. Não pode ser ato de algumas elites. É responsabilidade de todo o povo. Daí a preocupação de que ela não surja no açodamento, mas resulte de uma profunda reflexão nacional. (FIGUEIREDO, 2003, p. 449, 450)

A sutileza do discurso contém o chamamento para o debate em que se evite o "totalitarismo", nesse texto um conceito que nivela as ditaduras militares aos regimes do leste europeu. Também no sentido dado pelo discurso, defesas teóricas de superação do Estado são tidas como paixões. Ressalta-se que a tese rechaçada não é tratada como algo racionalmente impreciso e refutado, seja teórica, experimental ou empiricamente, mas como uma irracionalidade, cumprindo o papel de desqualificar tanto as teses quanto os atores políticos que dela compartilhavam. A racionalidade estava num Estado que, sendo democrático, precisa ser frágil. O texto de duplo sentido dá a entender que há uma democratização, mas não qualquer uma, resgatando o anticomunismo da ditadura com eufemismos, retirando do discurso da vitória a agenda proposta pelos setores socialistas/comunistas integrantes da campanha das eleições diretas. A despeito de atores de esquerda estarem ou não equivocados, o sentido da narrativa política ali construída era a sua desqualificação se fazia num ambiente discursivo fincado no *argumentum ad hominem*.

Num contexto internacional de avanço neoliberal, a fragilidade do Estado podia ser entendida tanto como desmonte de aparatos repressivos quanto a desestatização da economia, uma pressão realizada por setores empresariais desde o governo Geisel, em sintonia com o desmonte dos estados de bem-estar social do Hemisfério Norte. A população que ocupou as ruas em 1983 e 1984, aquela da reforma agrária e dos direitos ampliados, dava lugar para o povo como ente que compõe uma pátria. Os movimentos que indicavam o caminho das urnas para demandas diretamente ligadas aos interesses políticos e econômicos das classes subalternas foram apropriados e sua agenda foi preterida numa estratégia que envolveu a produção de fatos políticos com uma retórica cívica, quebrando a aliança MDB-setores populares para formar uma nova aliança por cima, pelo domínio dos aparelhos, entre PMDB e a Frente Liberal do PDS, divorciada da política dos movimentos da população subalternizada, fundamentando seu diálogo em discursos sloganizados¹³.

A nova constituição, para o orador, deveria seguir a agenda da unidade nacional em debates amplos na sociedade. A participação, em si, era desejada, mas os termos foram estabelecidos dentro das aspirações colocadas no bloco que formou a Aliança Democrática, tanto que o próprio Tancredo Neves sugere que os delegados constituintes saíam de eleições diretas para deputados, como ocorreu de fato em 1986, dando ampla capacidade de dirigir o processo à maioria parlamentar construída desde a votação da PEC 5/1983¹⁴.

Prometendo mudanças, políticas, econômicas e sociais, Tancredo Neves lançou mão do recurso de construção de uma memória para aquele momento, tentando identificar-se com a Inconfidência Mineira. A campanha das eleições diretas, bem como a vitória da aliança Democrática, foi tratada como um marco de união nacional contra a opressão, pelo o direito de escolher o futuro, eleger diretamente o presidente da república. Todas as demandas se reduziram ao voto, sendo que, para tanto, as "multidões", o povo, um ente de união negando qualquer tipo de divisões sociais, econômicas, culturais etc., teria convocado Tancredo Neves para, num cenário de colégio eleitoral, restaurar a plenitude democrática.

"Na análise desses dois grandes movimentos cívicos, não sei avaliar quando o povo foi maior: se quando rompeu as barreiras da repressão, e veio para as ruas gritar pelas eleições diretas, ou se quando, nisso vencido, não se submeteu, e com extrema maturidade

política, exigiu que agíssemos dentro das regras impostas, exatamente para revoga-las e destruí-las” (FIGUEIREDO, 2003 p. 452).

180

No reforço a essa ideia de união nacional, o presidente eleito realizou um momento de homenagens a todos os sujeitos e instituições que disputaram a política durante a ditadura, demarcando um momento de fim e começo, isolando a ditadura como uma anomalia ocorrida por infortúnio. Reconhece as “contribuições isoladas” de:

- I. Poder Legislativo, que “mesmo mutilado conservou a chama da representação popular”;
- II. Poder Judiciário que se manteve imune a casuísmos;
- III. Igreja, que preferiu os pobres e protegeu os perseguidos políticos;
- IV. Ao povo, principalmente as mães de família, que sofreram com a carestia;
- V. Imprensa, que sob censura policial enfrentou o poder e serviu ao povo;
- VI. OAB, ABI, entidades patronais de classe, de empregados, profissionais liberais, organizações estudantis e universidades;
- VII. Forças Armadas, na decisão de se manterem alheias ao processo e respeitando desdobramentos;
- VIII. Ao presidente João Figueiredo, que ajudou com revogação dos atos institucionais, anistia política, devolução da liberdade de imprensa, eleições diretas de 1982 e o desenvolvimento normal da sucessão presidencial.

O subtexto do agradecimento ao então presidente mostra a perspectiva da Aliança Democrática de que João Figueiredo cumpriu o papel de garantir a simples existência do processo eleitoral em colégio indireto, de como a conter radicalizações dentro das Forças Armadas, sendo, portanto, uma complexa costura num processo de repactuação política entre setores políticos representantes não apenas das classes proprietárias, mas também do poder das instituições de Estado, como o Exército. Cabia ao último presidente da ditadura não o papel de concordar, mas o de garantir que suas decisões seriam obedecidas¹⁵

Nessa complexa costura realizada por cima, Tancredo declara-se vindo em nome da conciliação. Descreve em seu discurso uma “imensa mobilização popular” envolvendo até mesmo o último ditador. A figura do adversário político sumiu, pois ser contra a conciliação poderia ser, no limite, ser inimigo do Brasil, resgatando não apenas patriotismo e civismo presentes na ditadura, mas também da extirpação daquele que não atua pelo bem da nação. Esse papel de inimigo ficou tacitamente atribuído aos partidos mais relevantes perante a população na rua: PDT, PT e os subpartidos socialistas/comunistas do PMDB.

No debate econômico, o discurso é essencialmente desenvolvimentista, com uma certa presença de nacionalismo, porém defende ao mesmo tempo fim de privilégios empresariais e proteções do estado que não estimulam o risco empresarial, a propriedade privada e a livre iniciativa.

“Não cairemos no erro, grosseiro, de recorrer à recessão como instrumento inflacionário. Ao contrário, vamos promover a retomada do crescimento, estimulando o risco empresarial e eliminando gradativamente as hipertrofias do egoísmo e da ganância.

O ritmo da nossa ação saneadora dependerá unicamente da colaboração que nos prestarem os setores interessados. Contamos, para isso, com o patriotismo de todos. Retomar o crescimento é criar empregos. Toda a política econômica de meu governo estará subordinada a esse dever social. Enquanto houver, neste país, um só homem sem trabalho, sem pão, sem teto e sem letras, toda a prosperidade será falsa” (FIGUEIREDO, 2003 p. 454)

O que Tancredo Neves chamou de nascente “nova república” deveria ser construída com um entendimento nacional, sem excluir o confronto de ideias, mas dentro de uma conciliação que funcionasse como um “convênio destinado a administrar a transição, rumo à nova e duradoura institucionalização do Estado”, mas um estado reduzido. Para tanto, apela a homens públicos, empresários e trabalhadores para que atuem na construção da nação, pede unidade acima de classes, traço de ideologias “empalidecidas” do século XIX e parte do XX. O presidente eleito fez ainda alguns agradecimentos sem justificar os motivos. No entanto, os atores citados dão a boa medida do que representava a vitória da Aliança Democrática. Individualmente, citou as seguintes personalidades:

Ulysses Guimarães: como principal liderança do PMDB e eventual candidato à presidência, cedeu o posto em nome de uma candidatura viável e participou como protagonista da formação da Aliança Democrática PMDB-Frente Liberal, de modo a isolar dentro do partido e do parlamento tentativas de radicalização das pautas de interesses das classes subalternas.

Aureliano Chaves: como vice-presidente do então presidente João Figueiredo, atuou no sentido de quebrar a possibilidade uma ação unívoca do Poder Executivo em torno da campanha de Paulo Maluf, facilitando a ação dos “dissidentes do PDS”. Também articulou apoio empresarial, particularmente na indústria, para se contrapor à capilaridade de Maluf com industriais paulistas, atuação que lhe rendeu o cargo de Ministro das Minas e Energia, mantido no governo Sarney.

Marco Maciel: liderança de vanguarda da ARENA e do PDS, foi um dos principais articuladores da Frente Liberal, conseguindo fazer a complexa amarração em nível nacional de interesses de classes proprietárias regionais, aglutinando em torno da Aliança Democrática forças políticas arenistas do Nordeste, do Sul e, ao lado de Aureliano Chaves e do próprio Tancredo Neves, de Minas Gerais, estado vital para o sucesso da Aliança no sudeste em função da força de Paulo Maluf em São Paulo. Além disso, foi o formulador programático do que veio a se tornar o Partido da Frente Liberal, apresentando uma versão do programa arenista atualizada para uma institucionalidade política com forte participação eleitoral das classes subalternas, colocando-se como ponto de equilíbrio “entre sectarismos e totalitarismos”, sendo, em geral, a mesma linha do discurso de Tancredo Neves em 15 de janeiro de 1985. Não é incorreto afirmar que o programa da Aliança Democrática era mais Frente Liberal do que PMDB. Maciel foi diretamente responsável por dar institucionalidade e interface entre a direção partidária e bases eleitorais das classes trabalhadoras e populares ao programa arenista, sendo essa nova fase sintetizada no manifesto Frente Liberal – Proposta e Partido, de 1985 e reforçada nas diretrizes passadas ao “novo” partido durante o processo de elaboração da Constituição (Liberalismo e Justiça Social, Brasília, 1987), enfatizando a obviedade liberal de que a normalidade democrática só seria possível num Estado de colaboração entre as classes sociais, mas sua versão condiciona tal pacto à naturalização da forma como se dava a subordinação das classes trabalhadoras e populares dentro dos contextos regionais em que os setores arenistas dissidentes controlavam a economia, as instituições e detinham grande força eleitoral com todas as heranças paternalistas, clientelistas e coronelistas.

José Sarney: além do fato de ter sido presidente do PDS, foi essencial na costura da Aliança devido ao bom trânsito entre os militares, obtido por seu protagonismo e lealdade do início ao fim da ditadura. Por isso o próprio Tancredo Neves solicitou ao candidato a vice que articulasse nomes para os ministérios militares e os apoios entre setores das Forças Armadas para a Aliança Democrática, conforme Sarney confirmou anos mais tarde¹⁶.

Os agradecimentos em caráter institucional foram diretamente a partidos de fora da Aliança Democrática que votaram em seu nome:

PDT: de orientação geral como voto crítico na Aliança Democrática, usou o evento para impulsionar o nome de Leonel Brizola para uma futura eleição presidencial, tentando se legitimar como representante eleitoral dos interesses das classes trabalhadoras e populares, como herdeiro político do trabalhismo dos anos 1950 e 1960.

PTB: partido que em busca de identidade e sem ser reconhecido como o legítimo herdeiro do trabalhismo, aproveitou a campanha para captar apoio do setor industrial do que lhe coube como herança do trabalhismo. Posteriormente se tornou uma legenda aglutinadora de interesses regionais díspares.

Dissidentes do PDS: setores leais aos militares, mas sem compromisso com o candidato Paulo Maluf, muitos dos quais aos poucos deixaram o partido para integrarem-se ao PFL, ao PMDB ou criar novas legendas, como foi o caso do PRN, registrado em 1988 para apresentar a candidatura de Fernando Collor de Mello nas eleições presidenciais de 1989.

PT: após a crise com expulsão de três deputados, não foi de significativa colaboração na campanha da Aliança Democrática. Na sequência disputou com PCB, PCdoB, PDT, PSB e esquerda do PMDB a hegemonia no bloco político de esquerda representante das classes subalternas, a qual estabeleceu durante o processo eleitoral à presidência no ano de 1989, tornando-se a referência antagônica aos sucessivos programas eleitorais de cunho neoliberal nos anos seguintes.

Tancredo Neves, em triunfo eleitoral, sinalizou a busca por consolidar o agendamento em função dos objetivos construídos na formação da Aliança Democrática Frente Liberal-PMDB. A essência foi uma conciliação por cima, com alijamento das classes subalternas de todo o processo, encaminhando a constituinte subsequente para um caminho conservador, liderado por pessoas que compuseram a ditadura que se encerrava, seja como governo ou oposição consentida na institucionalidade. Os partidos resultantes da Aliança Democrática recompuseram sua forma institucional e eleitoral em torno de uma forma social mais conservadora, pois os setores que se articularam em torno do MDB na ditadura saíram para institucionalizar seus próprios partidos. É marcante que tanto presidente quanto vice, ambos eleitos pelo PMDB, vieram do PP e do PDS na construção do bloco partidário que venceu e conciliou pelo alto a saída dos militares da presidência da república.

Por conta da impossibilidade de posse de Tancredo Neves por problemas de saúde, como presidente em exercício, José Sarney anunciou o mesmo ministério montado por ele e seu cabeça de chapa, repleto de membros do governo ditatorial que ajudou a construir, apoiou, participou e sucedeu¹⁷:

Agricultura: Pedro Jorge Simon, jurista do Rio Grande do Sul oriundo PTB. Ingressou no MDB em 1965 e tornou-se aliado de Ulysses Guimarães.

Ciência e Tecnologia: Renato Bayma Archer da Silva. Oficial da reserva da Marinha, tornou-se político no estado do Maranhão. Foi rival de Sarney desde a década de 1960 até 1985, quando apoiou Aliança Democrática.

Comunicações: Antônio Carlos Magalhães, médico e político, proprietário de um jornal e uma rede de TV na Bahia, foi governador nomeado do seu estado. Apoiou o golpe de 1964, quando era deputado federal pela UDN, e depois se filiou à ARENA.

Consultoria Geral da República: Darcy Bessone de Oliveira Andrade, jurista e ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil em Minas Gerais.

Cultura: José Aparecido de Oliveira, jornalista de Minas Gerais. Foi assessor de Jânio Quadros em 1961, deputado federal pela UDN-MG e cassado em 1965.

Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente: Flávio Rios Peixoto da Silveira, secretário de Planejamento do Estado de Goiás entre 1983 e 1985.

Educação: Marco Maciel, jurista pernambucano, filiado à ARENA, pela qual foi deputado federal, presidente da Câmara dos Deputados e governador nomeado de Pernambuco.

Fazenda: Francisco Dornelles. Acompanhava Tancredo Neves desde o primeiro mandato como governador de Minas Gerais no final da década de 1950 e foi secretário da Receita Federal em 1979, no início do governo Figueiredo.

Gabinete Civil: José Hugo Castelo Branco. Amigo de Tancredo Neves e responsável pela coleta de recursos junto a empresários para a campanha presidencial. Saiu do PTB e ingressou no PMDB em 1985.

Indústria e Comércio: Roberto Herbster Gusmão, advogado nascido em Minas Gerais, foi delegado regional do trabalho em São Paulo na década de 1960. Da UDN e posteriormente do PTB, teve direitos políticos cassados em 1965, quando era vereador da capital Paulista. Tornou-se diretor empresarial e integrou o secretariado de Franco Montoro entre 1983 e 1985.

Interior: Ronaldo Costa Couto, economista de Minas Gerais. Foi secretário de planejamento de seu estado no governo de Tancredo Neves.

Justiça: Fernando Soares Lyra, jurista de Pernambuco filiado ao PMDB.

Minas e Energia: Aureliano Chaves. Deputado Federal pela ARENA-MG, governador nomeado de Minas Gerais entre 1975 e 1978 e vice-presidente da República de João Baptista Figueiredo (1979-1985).

Ministério Extraordinário para Assuntos de Administração: Aluizio Alves, jurista e jornalista do Rio Grande do Norte. Fez parte da UDN, do PSD e da ARENA. Como deputado federal foi cassado por corrupção em 1969. Em 1982 ingressou no PMDB.

Ministério Extraordinário para Assuntos de Irrigação: Vicente Cavalcante Fialho, engenheiro nascido no Ceará. Foi prefeito de São Luís (MA) entre 1969 e 1971, nomeado pelo então governador José Sarney, e prefeito de Fortaleza (CE) entre 1971 e 1975.

Previdência e Assistência Social: Waldir Pires, jurista da Bahia, foi consultor do governo Goulart. Fundador do PMDB em 1982 e rival político de Antônio Carlos Magalhães na Bahia.

Programa Nacional de Desburocratização: Paulo de Tarso Lustosa da Costa, economista do Ceará e deputado federal por ARENA e PDS.

Programa Nacional de Política Fundiária: Néelson de Figueiredo Ribeiro, economista do Pará e defensor de parâmetros geopolíticos para gestão da terra e da Amazônia, com princípios inspirados na Doutrina de Segurança Nacional.

Relações Exteriores: Olavo Setúbal, banqueiro apoiador do golpe e da ditadura. Foi prefeito nomeado de São Paulo entre 1975 e 1979. Fundador do PP com Tancredo Neves, ingressou no PMDB apenas em 1985.

Saúde: Carlos Corrêa de Menezes Sant'anna. Médico e aliado de Antônio Carlos Magalhães, foi deputado estadual pela ARENA e Secretário de Saúde da Bahia.

Secretaria de Planejamento: João Sayad, economista formado na USP e ligado ao PMDB paulista.

Trabalho: Almir Pazzianotto, advogado trabalhista e deputado estadual em São Paulo pelo MDB/PMDB de 1974 a 1983.

Transportes: Affonso Alves de Camargo Netto. Tecnocrata do Paraná que deixou o PDS em 1985 para compor a Aliança Democrática.

Ministros Militares: Almirante Henrique Saboia (Marinha), General Leônidas Pires Gonçalves (Exército), Brigadeiro Octávio Júlio Moreira Lima (Força Aérea), Almirante José Maria do Amaral Oliveira (Estado-Maior das Forças Armadas), Rubens Bayma Denys (Gabinete Militar) e General Ivan de Souza Mendes (Serviço Nacional de Informações).

Os ministros militares foram excluídos dessa análise por integrarem as instituições mais protagonistas da ditadura. Com lógica e disputas internas própria, constituem objeto de digno de análise distinta. Somente com os ministérios "civis", o governo empossado na construção da aliança Democrática tinha 23 pastas de primeiro escalão, sendo 11 ocupadas por ministros oriundos da ditadura. Ao espólio do MDB herdado pelo PMDB couberam sete ministérios¹⁹, enquanto outros cinco foram distribuídos a quadros que transitaram entre ARENA e MDB²⁰. A Frente Liberal abandonou o PDS e, assim, se manteve em postos-chave de governo federal, com mais espaço do que o próprio PMDB, corroborando a proposição de que a Aliança Democrática foi menos PMDB e mais Frente Liberal.

4. Considerações finais

A construção da Aliança Democrática Frente Liberal-PMDB foi um processo que ao seu final I) deslocou a agenda do debate nacional de demanda por direitos para temas *sloganizados*, colocando o debate político em torno da unidade nacional, do patriotismo e do civismo, temas propostos na própria ditadura que se encerrava; e II) manteve posições de governo, bem como a direção do processo de constitucionalização, a uma parcela significativa de membros da própria ditadura, materializada na deserção do PDS chamada Frente Liberal. Das várias alternativas para dirigir o processo de constitucionalização que se construíram entre 1979 e 1985, o vencedor foi uma conciliação da direita do PMDB com o racha de tradição udenista do PDS.

A legitimidade desse bloco se buscou na construção ideológica de uma nação no caminho da sua grandeza obstruída por um período anômalo de ditadura. Tal sentido só foi possível pela despolitização do debate que vinha sendo proposto pelas mobilizações populares, com amplo uso de mídia, eventos políticos, propaganda e difusão de *slogans* carregados de conceitos autoevidentes que tomaram a aparência como algo unívoco, sem compreensão da essência.

A Frente Liberal e o PP, ambos organicamente externos ao PMDB, foram efetivamente os vencedores na sucessão de João Figueiredo. Conquistaram espaço no bloco oposicionista por serem decisivos na harmonização entre as formas institucional e social do que vieram a se tornar os dois maiores partidos dialeticamente originados no processo de construção da Aliança Democrática: o PFL e o PMDB após as saídas, nos anos seguintes, de PSB, PCB, PcdB e PSDB, forças políticas que, para manter programas defendidos no âmbito do MDB durante a ditadura, tiveram que sair do PMDB, entrando num imbricado e complexo campo partidário identificado com as demandas das classes subalternas onde PT e PDT já disputavam a hegemonia. Os partidos de esquerda seguiram, assim, uma tendência de formação de um grande bloco, obtida e derrotada eleitoralmente no segundo turno das eleições de 1989, outro episódio em que a apropriação e o direcionamento da agenda se constituem objeto digno de investigação.

Pelo domínio da máquina estatal em todos os níveis e Poderes com cargos eletivos, os dois novos partidos oriundos da Aliança Democrática tomaram o espaço que poderia ser conquistado na institucionalidade pelos setores que deram o direcionamento da pauta nas ruas durante a campanha das diretas. A sua força foi tamanha que na década seguinte entregou o governo ao PSDB, obtendo legitimidade eleitoral nas urnas decorrente da adesão da antiga "esquerda do PMDB" à agenda neoliberal, mantendo a hegemonia no Congresso Nacional, constituindo-se como o ponto de equilíbrio não entre totalitarismos, como propunham os documentos do PFL produzidos por Marco Maciel, mas entre as urnas e as tradições políticas paternalistas, clientelistas e coronelistas. Esse é outro um objeto que necessita investigações mais profundas.

A presença de Mauro Salles na campanha da Aliança Democrática apresenta uma correlação com esse fenômeno de apropriação da agenda, não sendo, contudo, sua causa. A repercussão de mídia impressa da campanha das diretas, particularmente do jornal Folha de S. Paulo, uma importante defecção de sociedade civil do bloco que golpeou João Goulart em 1964, foi tamanha que despertou em Tancredo Neves a necessidade de chamar um especialista para pensar em como usar a seu favor o potencial político da relação mídia-massa. Poderia ter sido outra pessoa. A campanha não surge por causa do publicitário, mas o publicitário é chamado pela demanda da campanha. A sua contribuição significativa para a Aliança Democrática foi encontrar o meio para transformar o civismo em uma necessidade da população que poderia ser adquirida com os votos dos delegados no colégio eleitoral. Frustrar o eleitor ganhou uma simbologia muito próxima de frustrar um cliente vítima de propaganda enganosa ou que comprou um produto defeituoso. A pressão criada foi uma estratégia de *marketing* com efeito político. Foi oferecido ao eleitor de 1986, quando se elegeram os delegados constituintes, o produto desejado, um candidato que defendeu a democracia, mesmo se tivesse integrado o bloco ditatorial. A felicidade, o êxtase – a democracia – vencendo a dor e a morte – a ditadura. Para tanto, afastou a essência das demandas dos movimentos de rua (luta por direitos) para a aparência cívico-patriótica construída em torno da figura Tancredo Neves.

Cite este artigo

186

VENTURINI, Fabio. Direcionamento da agenda no processo de construção da "Aliança Democrática Frente Liberal-PMDB" para as Eleições Indiretas de 1985. **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF). Rio de Janeiro, Vol. 8 | N. 2, pp. 163-190, Dezembro 2017. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

Notas

1. Bloco de poder aqui entendido como unidade contraditória das classes ou frações dominantes, dominada por uma classe ou fração hegemônica. Ver: POLANTZAS, Nico: Poder Político e Classes Sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
2. Aqui se refere a classes proprietárias como aquelas que detém os meios sociais de produção e circulação. Não se usaram categorias mais específicas, tais como "burguesia" ou "oligarquia" para não criar armadilhas que lucubrem características regionais na interpretação de uma política de nível nacional. A categoria "local" se deve ao fato de haver nessas classes proprietárias tanto setores "nacional-desenvolvimentistas" (aqueles que dependem do Estado nacional para proteger suas operações econômicas, com impacto em programas políticos), quanto os "associado-dependentes" ou entrepostos de interesses do capital estrangeiro de origem brasileira. Espera-se, desse modo, com a categoria "local", evitar um nivelamento apócrifo de classes proprietárias com características bastante diversificadas.
3. Dreifuss categorizou a aglutinação de classes e frações que conspiraram para golpe e ditadura de "elites orgânicas", devido ao seu caráter histórico e orgânico no estabelecimento de hegemonia dentro dos blocos de poder que disputaram o estado no período republicano, particularmente pós-1930, numa relação simbiótica entre burguesia nacional, estrangeira e setores de classes médias conservadoras.
4. Até 1964, mobilizações políticas eram tratadas como casos segurança pública. A partir da doutrina "esguiana", tornaram-se uma questão de segurança nacional, o que justificaria, medidas de exceção contra outros poderes, a suspensão de direitos constitucionais e uma guerra contra cidadãos brasileiros.
5. Levantamento realizado por André Couto, do CPDOC da fundação Getúlio Vargas, disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-popular-pp>>. Acesso em: 3/11/2016.
6. Os territórios de Roraima e Amapá tinham seus governadores nomeados pelo executivo federal e datas distintas das eleições. Rondônia, embora tenha sido transformado de território federal em estado no ano de 1981, manteve o governador nomeado.
7. Divaldo Suruagy (AL), João Durval Carneiro (BA), Gonzaga Mota

(CE), Luís Rocha (MA), Júlio Campos (MT), Wilson Braga (PB), Roberto Magalhães (PE), Hugo Napoleão (PI), José Agripino Maia (RN), Jair Soares (RS), Espiridião Amin (SC), João Alves Filho (SE).

8. Nabor Júnior (AC), Gilberto Mestrinho (AM), Gerson Camata (ES), Íris Rezende (GO), Wilson Martins (MS), Tancredo Neves (MG), Jader Barbalho (PA), José Richa (PR) e Franco Montoro (SP).

9. Este episódio é contado por José Sarney em diversos momentos. O ex-presidente se entende como pivô da construção da democracia pós 1985, uma vez que Tancredo Neves faleceu antes da posse. Sarney chega a afirmar: "Não fiz só a restauração de instituições democráticas: ajudei a construir, no Brasil, uma sociedade democrática. Os historiadores do futuro vão ver". Falas nesse sentido estão em pelo menos dois depoimentos dados duas décadas após a sua posse. Ver: MORAES NETO, Geneton: Dossiê Brasília: Os Segredos dos Presidentes. São Paulo: Globo, 2005, p. 12-63; MAGALHÃES, Fabio (org.): Presidentes e o Mercosul – Reflexões sobre a Integração. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2003, p. 1965-206.

10. O conceito de agendamento aqui usado se refere ao direcionamento do debate pelos meios de comunicação de massa, colocando a população a debater o que se propõe no noticiário, bem como no direcionamento proposto na articulação entre o que a população vê nas informações e o que se conversa no cotidiano ver: SILVA JUNIOR, José Afonso; PROCÓPIO, Pedro Paulo; SANTOS MELO, Mônica: Um Panorama da Teoria do Agendamento, 35 anos depois de sua formulação. In: Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, vol. 31, n. 2, jul-dez, 2008, p. 205-221

11. O único voto do PDT em Paulo Maluf foi do deputado Agnaldo Timóteo, cantor historicamente ligado ao candidato do PDS. Timóteo foi um dos mais ferrenhos articuladores da campanha de Maluf, buscando inclusive confronto físico no plenário da Câmara com delegados do partido governista que escolheram a Aliança Democrática. Por essa atuação, culminando com o voto em Maluf, o deputado foi expulso do PDT, ingressou no PDS e mudou o domicílio eleitoral para São Paulo, tradicional reduto eleitoral malufista.

12. A sloganização, conforme descreveu Paulo Freire, consiste no processo de produzir palavras que consolidem na aparência essências que não são necessariamente as descritas, dificultando a compreensão do objeto. É usada tanto por forças reacionárias quanto pelo sectarismo na esquerda. Ver: FREIRE, Paulo: A pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 107p.

13. No discurso, Tancredo agradece com precisão aos apoiadores e eleitores: Ulysses Guimarães e o "fiel PMDB", do qual ele próprio não era orgânico, aos líderes do recém-criado Partido da Frente Liberal (Aureliano Chaves e Marco Maciel), ao seu vice, "companheiro José Sarney", a integrantes de PDT, PT, PTB e dissidentes do PDS). Como o discurso foi escrito antes da votação, sabia-se da composição dos votos na vitória já costurada, o que deixa evidente ser nada mais do que uma fábula de

autopromoção a fala de Mauro Salles na FEA/USP, de ode à superação de dificuldades da campanha.

188

14. Durante o processo, desde a votação da emenda das diretas, Figueiredo tentou justificar critérios para estabelecer o momento adequado para o fim da intervenção dos militares na política, além de expor profunda amargura nos meios militares por falta de reconhecimento das forças políticas civis aliadas, bem como do fato de o Exército ter servido como aparador das más qualidades de uma ditadura que não exercera sozinho, como demonstra o trecho a seguir de seu discurso Anual aos comandos das Forças Armadas no Clube Naval, em Brasília, em 7 de dezembro de 1983: "Não posso me arvorar em porta-voz dos presidentes revolucionários que me antecederam, mas tenho a convicção de que a longevidade de nossa intervenção no processo institucional se deveu exclusivamente à falta de condições para o retorno à normalidade democrática em face da fragilidade de nossas instituições. Nenhum de nós, militares, foge à característica básica de personalidade do brasileiro médio: não procedemos de castas, não cultuamos preconceitos, não nos entregamos a sonhos de hegemonia. Tivemos, isso sim, a coragem de nos entregar na defesa das tradições nacionais, em expor nossas carreiras e até nossas vidas em movimentos, cujos princípios políticos, étnicos e morais nos entusiasmavam. Cobram-nos, hoje, os mais críticos, os resultados da crise financeira por que passa o País, como se responsáveis exclusivos fôssemos, como se nossas famílias estivessem imunes às mesmas consequências, como se representássemos, nós, interesses outros que não os da média nacional. Repilo com veemência as insinuações de que nossas dificuldades econômicas decorrem principalmente da intervenção militar no processo político-institucional."

16. Ver MAGALHÃES, 3003 e MORAES NETO, 2005, op. cit.

17. A relação dos cargos diretamente submetidos ao Presidente da República e seus ocupantes nomeados em 15 de março de 1985 foi retirada de <www.planalto.gov.br>. O breve histórico dos empossados se baseou nos resumos do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro; nos dossiês produzidos pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, disponíveis em <cpdoc.fgv.br>; e no acervo do Programa de entrevistas Roda Viva, disponível em www.rodaviva.fapesp.br.

18. Renato Bayma Archer da Silva, Antônio Carlos Peixoto de Magalhães, Marco Antônio de Oliveira Maciel, Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, Aluizio Alves, Vicente Cavalcante Fialho, Paulo de tarso Lustosa da Costa, Néelson de Figueiredo Ribeiro, Olavo Egydio Setúbal, Carlos Corrêa de Menezes Sant'anna, Afonso Alves de Camargo Netto.

19. Pedro Simon, Flávio Rios Peixoto da Silveira, Roberto Hebster Gusmão, Fernando Soares Lyra, Francisco Waldir Pires de Souza, João Sayad, Almir Pazianotto Pinto

20. Darcy Bessone de Oliveira Andrade, José Aparecido de Oliveira, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, José Hugo Castelo Branco, Ronaldo Costa Couto

189

Referências bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005, 424p.

AQUINO, Cleber. **História Empresarial Viva: Depoimentos de empresários brasileiros bem sucedidos**. v. 3, São Paulo: Gazeta Mercantil, 1987, p. 209-278.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981, 814 p.

_____. **A Internacional Capitalista: Estratégias e Táticas do Empresariado Transnacional, 1918-1986**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, 502p.

FERNANDES, Florestan. **A constituição inacabada: vias históricas e significado político**. Estação Liberdade, 1989, 381p.

_____. **O Jogo da Direita na Nova República**. Petrópolis: Vozes, 1989.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil**. São Paulo: Editora Globo, 2006, 504p.

FIGUEIREDO, Carlos. **100 Discursos Históricos Brasileiros**. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2003, p. 449-468.

FOLHA DE S. PAULO. **Fim do ciclo autoritário: Sai de São Paulo o voto para vitória da Aliança**. Primeiro Caderno, 16 de janeiro de 1985, p. 6.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 107.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v. 3. Maquiavel, Notas sobre o Estado e a Política. 5. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MACIEL, Marco. **Frente Liberal: Proposta e Partido**. Brasília, 1985.

_____. **Liberalismo e Justiça Social**. Brasília, 1987

MAGALHÃES, Fabio (org.). **Presidentes e o Mercosul – Reflexões sobre a Integração**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2003, p. 1965-206.

MORAES NETO, Geneton. **Dossiê Brasília: Os Segredos dos Presidentes**. São Paulo: Globo, 2005.

MOTTA, Rodrito Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 297.

NICOLAU, Jorge. **Eleições no Brasil: Do império aos dias atuais**. Rio de Janeiro; Zahar, 2012, p. 165.

_____. **Multipartidarismo e Democracia:** Um Estudo Sobre
O Sistema Partidário Brasileiro (1985-94). Rio de Janeiro:
Ed. FGV, 1996.

190

POLANTZAS, Nico. **Poder Político e Classes Sociais.** São Paulo: Martins
Fontes, 1986.

ROSSI, Clovis. A nação frustrada! Apesar da maioria de 298 votos,
faltaram 22 para aprovar as Diretas. In: **Folha de S. Paulo**, Primeiro
Caderno, 26 de abril de 1984, p. 1.

SECOO, Lincoln. **História do PT.** São Paulo: Ateliê, 2011, p. 340.

SILVA JUNIOR, J. A.; PROCÓPIO, P. P.; SANTOS MELO, M. Um Panorama
da Teoria do Agendamento, 35 anos depois de sua formulação. In:
Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, vol. 31, n. 2,
jul-dez, 2008, p. 205-221.